

## Mortalidade de Mulheres por Arma de Fogo no Brasil: Análise Temporal (2010-2019)

*Mortality of Women from Firearms in Brazil: Temporal Analysis (2010-2019)*

Albenize de Azevedo Soares<sup>1</sup>

Daianne Gomes dos Ramos<sup>2</sup>

Héllyda de Souza Bezerra<sup>3</sup>

Janmilli da Costa Dantas Santiago<sup>4</sup>

Leilane Victoria Dantas e Silva<sup>5</sup>

Rafaela Carolini de Oliveira Távora<sup>6</sup>

Cristiane da Silva Ramos Marinho<sup>7</sup>

**RESUMO:** Introdução: O Feminicídio é caracterizado como o assassinato de mulheres decorrentes da desigualdade de gênero. No Brasil, esses crimes são praticados principalmente em locais com maiores índices de pobreza, com maior ocorrência entre as mulheres jovens, pardas,

<sup>1</sup> Enfermeira graduada pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Mestra em Saúde Coletiva pelo Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (PPGSACOL/UFRN). ORCID Link: <https://orcid.org/0000-0002-3008-0043> E-mail: [albenize.azevedo.075@ufrn.edu.br](mailto:albenize.azevedo.075@ufrn.edu.br)

<sup>2</sup> Graduanda de enfermagem na Faculdade de Ciências da Saúde do Traíri da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Orcid Link: <https://orcid.org/0009-0006-5795-4149> E-mail: [daianne.gomes.017@ufrn.br](mailto:daianne.gomes.017@ufrn.br)

<sup>3</sup> Enfermeira graduada pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Especialista em Enfermagem do trabalho pela CFAZ cursos, Especialista em Gestão do Trabalho e na Educação em Saúde pela UFRN, Mestra pelo Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva da UFRN. Doutora pelo programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva pela UFRN. Enfermeira assistencialista pelo Estado do Rio grande do Norte (SESAF) e da secretaria de saúde do município de Natal/RN. Orcid Link: <https://orcid.org/0000-0002-2747-4981> E-mail: [hellyda.bezerra@ufrn.br](mailto:hellyda.bezerra@ufrn.br)

<sup>4</sup> Doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (UFRN), Mestrado em Enfermagem pela UFRN, Especialização em Enfermagem Obstétrica pela Faculdades Integradas de Patos e Graduação em Enfermagem e Obstetrícia e Licenciatura em Enfermagem pela UFRN. Orcid Link: <https://orcid.org/0000-0001-5429-6108> E-mail: [Janmilli.dantas@ufrn.br](mailto:Janmilli.dantas@ufrn.br)

<sup>5</sup> Graduanda em enfermagem pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte/Faculdade de Ciências da Saúde do Traíri (UFRN/FACISA). Orcid Link: <https://orcid.org/0009-0002-3664-2972> E-mail: [leilane.dantas.017@ufrn.edu.br](mailto:leilane.dantas.017@ufrn.edu.br)

<sup>6</sup> Enfermeira. Docente UFRN-FACISA Adjunto I, docente do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva/FACISA. Doutora em Enfermagem (UFC), mestre em Cuidados Clínicos em Saúde em Enfermagem (UECE), Especialista em Enfermagem Clínica (UECE), Saúde da Pessoa Idosa (UFC) e Gestão de Serviços de Saúde (ESP). Orcid Link: <https://orcid.org/0000-0003-0644-668X> E-mail: [rafaela.carolini@ufrn.br](mailto:rafaela.carolini@ufrn.br)

<sup>7</sup> Possui graduação em Enfermagem e Obstetrícia e Licenciatura em Enfermagem pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e em Tecnologia em Informática pelo Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte (CEFET-RN), Mestrado em Enfermagem, Doutorado em Saúde Coletiva e Especialização em Informática na Saúde. Orcid Link: <https://orcid.org/0000-0003-3825-3057> E-mail: [cristiane.ramos@ufrn.br](mailto:cristiane.ramos@ufrn.br)

**Revista Interdisciplinar**

solteiras, de menor escolaridade e baixa renda, sendo executados preferencialmente através da arma de fogo. Objetivo: Analisar a tendência temporal da mortalidade de mulher por arma de fogo e indicadores socioeconômicos no Brasil, 2010 a 2019. Metodologia: Estudo ecológico de tendência temporal, baseado em dados secundários do Sistema de Informações sobre Mortalidade e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Resultados: Considerou-se como variável desfecho a taxa de mortalidade por disparo de arma de fogo em mulheres na faixa etária de 15 a 49 anos de idade. Ocorreram 2.022 desses óbitos no Brasil, de 2010 a 2019, resultando em uma taxa média de 0,36 óbitos/100.000 mulheres. Nesse período houve uma tendência de redução nessas mortalidades a partir de 2017 (APC= -11.8% IC95% -44.2; 39.5), porém sem significância estatística. A exceção da região Centro-Oeste que teve redução de significância estatística de 2010 a 2014 (APC = -41.9\*% IC95% -64.7; -4,3). A região Norte obteve resultado contrário, com uma elevação de significância estatística a partir de 2013 (APC= 23,5\* IC95% 0.4; 51.9), com maior ocorrência entre mulheres pardas (49,85%), solteiras (65,52%) e de menor escolaridade (28,43%). Conclusão: A redução do feminicídio no país ainda é muito aquém do desejado, especialmente nas populações mais desfavoráveis social e economicamente como é o caso da região Norte.

**PALAVRAS-CHAVE:** Assassinato Feminino, Violência de Gênero, Distribuição Temporal, Brasil, Violência com Arma de Fogo.

**ABSTRACT:** Introduction: Femicide is characterized as the murder of women resulting from gender inequality. In Brazil, these crimes are committed mainly in places with higher levels of poverty, with a greater occurrence among young, mixed-race, single women, those with less education and low income, and are carried out preferably with firearms. Objective: It is intended to analyze the temporal trend of gun-related mortality in women and socioeconomic indicators in Brazil, 2010 to 2019. Methodology: This is an ecological temporal trend study, with secondary data from the Mortality Information System and the United Nations Development Programme. Results: The outcome variable was the gun-related mortality rate among women aged from 15 to 49 years old. There were 2,022 of these deaths in Brazil between 2010 and 2019, resulting in an average rate of 0.36 deaths/100,000 women. It was found a downward trend in these mortality rates from 2017 onwards (APC = -11.8% 95%; CI -44.2; 39.5), but without statistical significance. The exception was the Midwest, which had a statistically significant reduction from 2010 to 2014 (APC = -41.9\*%; 95% CI -64.7; -4.3). The North unveiled the opposite result, with an increase in statistical significance from 2013 onwards (APC= 23.5\*; 95% CI 0.4; 51.9), with a higher occurrence among brown women (49.85%), single women (65.52%) and women with lower educational levels (28.43%). Conclusion: The reduction in femicide rates in the country is still far from what is desired, especially in the most socially and economically disadvantaged populations, is the case in the North.

**KEYWORDS:** Femicide, Gender Violence, Temporal Distribution, Brazil, Gun Violence.

## 1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A violência de gênero, mais especificamente a violência contra a mulher, é um problema de saúde pública mundial caracterizada como qualquer tipo de agressão contra alguém em situação de vulnerabilidade devido a sua identidade de gênero, sendo efetivada geralmente de um sexo sobre o sexo oposto, no qual a sua etapa final é o feminicídio. Este, é conceituado como o assassinato de mulheres resultantes das desigualdades de gênero, que representa o fim de um ciclo de constantes agressões relacionadas a razões de ódio, posse e dominação sob a vítima (Meneghel; Portella, 2017, p. 3077-3086., Zara; Gino, 2018, p. 1777., Quispe. et al., 2018. p. 278-294.).

Em âmbito mundial, em 2017, a África foi considerada a região em que as mulheres apresentaram o maior risco de serem assassinadas, com uma taxa de 3,1 óbitos a cada 100 mil habitantes, acompanhada das Américas (1,6/100 mil), da Ásia (0,9/100 mil) e da Europa (0,7/100 mil) (UNODC, 2019.).

Em 2019, o Brasil apresentou uma taxa dos indicadores de mortalidade por homicídios contra as mulheres de 3,5 casos por 100 mil mulheres, ou seja, uma taxa bastante preocupante, visto que foi maior do que a mundial no ano de 2017, e em 2021, o país notificou um total de 1.319 feminicídio, com uma taxa de 1,22 mortes a cada 100 mil mulheres (IPEA, 2021., De Segurança Pública, 2022.). Esses dados podem estar relacionados com uma maior investigação de homicídios na perspectiva do gênero feminino, incorporando um maior investimento e qualificação na investigação dos óbitos.

Intrínseco a isso, a relação entre fatores socioeconômicos e a violência de gênero é algo que vêm sendo observado nas realidades que permeiam o cenário de violência letal contra a mulher no Brasil. Em contextos de pobreza e privação, a dependência econômica acaba se tornando um fator determinante no que diz respeito a permanência das vítimas em contextos violentos. Assim, é possível entender que características raciais, de gênero, geracionais e regionais indicam quem são as principais vítimas de violência letal no Brasil e onde elas vivem (Brasil, 2023).

Considerando o contexto histórico, a mulher negra sempre foi, e segue sendo, vítima dos mais diversos tipos de violência, a sociedade em sua construção racista e sexista, a posiciona em um lugar de maior vulnerabilidade e risco social (Nery MGD *et al*, 2024). Nesse sentido, por mais que essa realidade seja baseada em uma construção histórica, esta, ainda permeia os dias modernos.

Buscando conhecer um pouco mais esse fenômeno, estudo de (Campbell. et al., 2017, p. 246-269.), sobre os fatores de risco para homicídios entre parceiros nos Estados Unidos, revelou a associação entre as maiores taxas do feminicídio nos locais de maiores índices de pobreza, maior vulnerabilidade socioeconômica, maior população negra e maiores taxas desemprego, assim como, menor nível de escolaridade e menor nível de segurança. Já no ano de 2021, de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), 1 cada 3 mulheres, com um total de 736 milhões de mulheres em todo o mundo, são submetidas a diversos tipos de violência por parte do seu parceiro (OPAS, 2021.). Contudo, mesmo o parceiro se encontrando como o principal autor dessas violências, ela pode se estender para além do relacionamento e influenciar diretamente outras relações sociais dos sujeitos (Hatje; Magalhães, 2024.).

Somado a isso, estudos recentes trazem a pandemia de Covid-19, associada as medidas de segurança contra o vírus, como um fator determinante para o aumento da prevalência dos casos de violência contra a mulher em quase todo o mundo. Sendo os principais tipos de violência observados: a violência doméstica, a violência por parceiro íntimo e a violência contra a mulher (incluindo outros tipos de crime) (Stock *et al*, 2024.).

Apesar de todo esse contexto, a constituição federal brasileira de 1988 trouxe a equiparação em direitos e obrigações para homens e mulheres, proibindo-se todas as formas de discriminação de gênero. No seu artigo 266, o país compromete-se a tomar todas as providências cabíveis para prevenir e punir a Violência contra a Mulher e proteger a família (Rubin., Marques. 2016, p. 01-18.).

Somado a constituição, a lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) surgiu como um dos marcos legais para o enfrentamento dos crimes de gênero, e como complemento a ela, surge a lei do feminicídio (13.104/15), que passa a considerar a questão de gênero como circunstância qualificadora do homicídio. Todavia, as taxas de homicídios contra as mulheres permanecem preocupantes (Meneghel; Portella, 2017, p. 3077-3086.).

Mesmo com o avanço das políticas públicas voltadas para a proteção da mulher vítima de violência, ainda existem grandes obstáculos entre os direitos formais e a sua execução na prática, tais como: má formação profissional, inadequação na alocação de recursos e serviços de apoio precários, de modo que as taxas de homicídio no Brasil em especial por arma de fogo ainda se mostram bastante preocupantes, uma vez que a arma de fogo tem sido o principal veículo utilizado

**Revista Interdisciplinar**

pelo agressor na prática dos homicídios, conforme estudo realizado o período 2000 a 2019, estando presente em 51% dessas mortes (Instituto Sou da Paz, 2021.).

Assim sendo, faz-se necessário melhorias em um conjunto de fatores para a real eficácia dessas legislações, como por exemplo: investir em programas educativos e de prevenção da violência contra a mulher, melhorar e ampliar a rede de serviços de apoio a todas as mulheres vítimas da violência de gênero e instituir e implementar sistemas que monitorem a eficácia das legislações já existentes, de modo a realizar ajustes nas estratégias de enfrentamento sempre que necessário.

O objetivo desse estudo é analisar a tendência temporal da mortalidade contra a mulher por arma de fogo e indicadores socioeconômicos no Brasil de 2010 a 2019. Ponderando desta forma, a importância de conhecer estes dados para melhorar as políticas públicas no combate e enfrentamento da violência contra as mulheres, como também trazer relevância para novos estudos.

Sendo assim, a relevância do presente estudo justifica-se na importância de conhecer as nuances que rodeiam o cenário de violência contra a mulher por arma de fogo no Brasil, tendo em vista que, dados sobre esse recorte ainda são escassos (Caicedo-Roa, Mônica et al, 2022.). Levando-nos a pensar: “qual a tendência nacional da mortalidade de mulheres por arma de fogo ao longo dos anos?”. Desse modo, busca-se, a partir da disponibilização de dados com análise crítica, preencher essa lacuna existente derivada da carência de informações nacionais sobre a temática.

**2. MÉTODOS**

Trata-se de um estudo ecológico de base populacional, tendência temporal e múltiplos grupos, baseado em dados secundários do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde, disponibilizados através do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde do Brasil (DATASUS).

O Brasil é um país localizado no continente das Américas, sendo considerado o maior país da América do Sul. Possui uma extensão territorial de 8.510.295 km<sup>2</sup>, constituindo-se de cinco macrorregiões (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul). Contava com uma população estimada em 214.326.223 habitantes, em 2021, se caracterizando como o sexto país mais populoso

**Revista Interdisciplinar**

do mundo, com um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,765 no mesmo ano (IBGE, 2021.).

Considerou-se como variável desfecho a taxa de mortalidade por disparo de arma de fogo em mulheres na faixa etária de 15 a 49 anos de idade. Determinou-se como seleção o CID X93 (Agressão Por Meio de Disparo de Arma de Fogo de Mão) da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde - 10<sup>a</sup> Revisão (CID-10), ocorridos no Brasil no período de 2010 a 2019, por local de residência. Sendo escolhido essa faixa temporal, devido ser os últimos anos disponíveis para acesso no DATASUS no período da coleta dos dados.

A extração dos dados ocorreu no mês de agosto de 2022. Foram calculadas as taxas de mortalidade por disparo de arma de fogo em mulheres na faixa etária de 15 a 49 anos de idade /100.000 habitantes, de acordo com a população feminina residente em determinado local e ano para o Brasil, considerando as grandes regiões geográficas, com base na seguinte fórmula:

$$\begin{aligned} & \textit{Taxa de mortalidade} \\ & = \frac{\textit{N}^{\circ} \textit{ de } \textit{óbitos} \textit{ por } \textit{disparo} \textit{ de } \textit{arma} \textit{ de } \textit{fogo} \textit{ em } \textit{mulheres} \textit{ na } \textit{faixa} \textit{ etária} \textit{ de } \textit{15} \textit{ a } \textit{49} \textit{ anos} \textit{ de } \textit{idade}}{\textit{População} \textit{ feminina} \textit{ da} \textit{ mesma} \textit{ faixa} \textit{ etária} \textit{ residente} \textit{ no} \textit{ período} \textit{ considerado}} \times 100000 \end{aligned}$$

Para as análises das tendências temporais de mortalidade por disparo de arma de fogo em mulheres na faixa etária de 15 a 49 anos de idade, no período de 2010 a 2019, foi considerado o território nacional e as cinco grandes regiões geográficas (norte, nordeste, sudeste, sul e centro-oeste) conforme a organização política do país. Ocorreu a análise de Regressão *Joinpoint*, através do software *Joinpoint Regression Program*, versão 4.6.0.0. (Kim., et al., 2000). O software supracitado consiste em uma técnica de análise estatística, empregada para detectar pontos de mudanças em séries temporais, e estimar as tendências em cada segmento identificado, sendo amplamente utilizado para analisar dados de vigilância epidemiológica, sendo possível dessa forma, uma melhor compreensão da evolução das doenças ou condição relacionada a saúde, através da observação das mudanças de comportamento em um período de tempo (Qiu, 2009).

Nesta análise foi estimada a *Annual Percentage Change* (APC), baseada na tendência de cada segmento, estimando se os valores são estatisticamente significativos ( $p < 0,05$ ). Para mensurar a tendência na coorte dos anos analisados, foi calculado o *Average Annual Percent Change* (AAPC),

**Revista Interdisciplinar**

baseado na média geométrica acumulada das tendências do APC, com pesos iguais para os comprimentos de cada segmento durante o intervalo fixado, estimando se os valores são estatisticamente significativos ( $p < 0,05$ ) (Kim. et al., 2000., Kim. et al., 2004.).

Para analisar o processo de determinação social dos fenômenos saúde e doença, no período de 2010 a 2019, utilizamos as variáveis independentes que pudessem manter relação com a variável desfecho como estado civil e raça/cor também coletadas do (SIM) e as demais variáveis representadas pelos indicadores de condições de vida e saúde como Média de Renda Per Capita, Percentual de pobres, Índice de Gine e Escolaridade foram obtidos através do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) referentes ao censo 2010, e assim correlacionamos e comparamos a influência dessas variáveis com o comportamento dessas mortalidades no período estudado

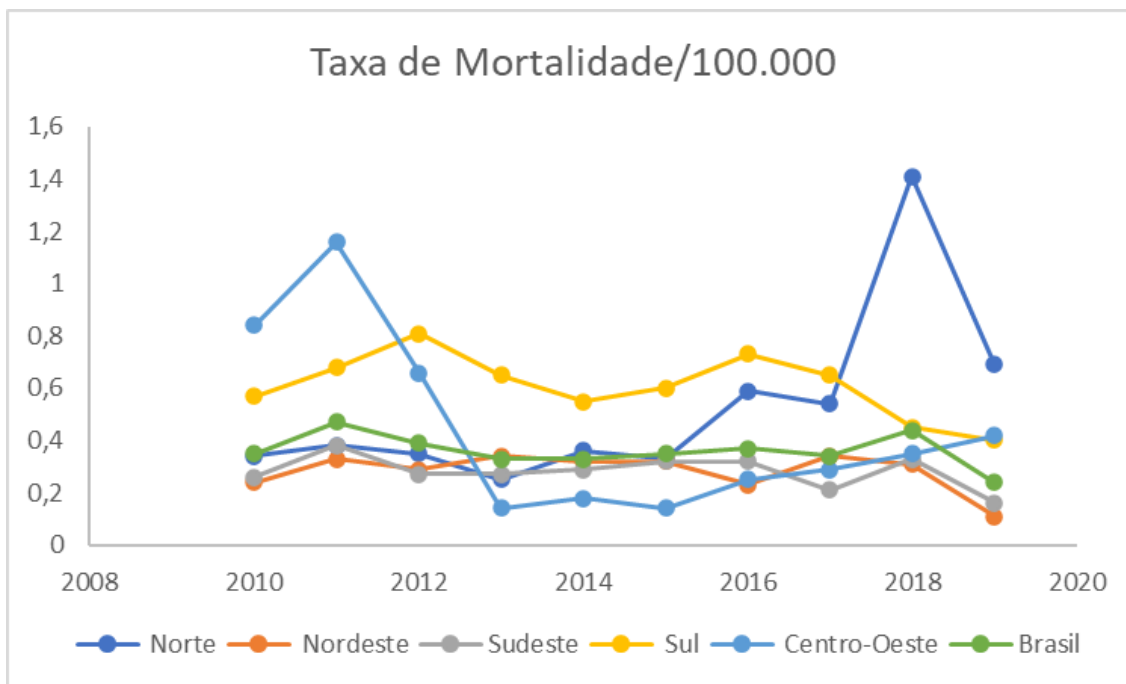
**Considerações éticas**

Por se tratar de um estudo composto por dados secundários e de domínio público do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde, disponibilizados através do DATASUS e obtidos via internet, torna-se dispensável a submissão deste artigo ao comitê de ética.

**3. RESULTADOS**

No período de 2010 a 2019 sucederam um total de 2.022 óbitos de mulheres na faixa etária de 15 a 49 anos de idade por arma de fogo no Brasil, totalizando uma taxa média de 0,36 óbitos/100.000 mulheres. A análise das taxas anuais de mortalidade de mulheres por arma de fogo no Brasil registrou uma queda nas taxas para essa faixa etária, onde no primeiro ano da pesquisa (2010) registrou uma taxa de 0,35 óbitos/100.000 mulheres e no último ano (2019) uma taxa de 0,24 óbitos/100.000 mulheres. No perpassar dos anos examinados, a região que apresentou a taxa média mais elevadas foi Região Sul (0,61/100.000 mulheres) e as regiões com as menores taxas médias foram Região Sudeste (0,28/100.000 mulheres) e a Região Nordeste (0,28/100.000 mulheres) (Figura 01).

**Figura 01.** Tendência temporal das taxas de mortalidade (por 100.000 mulheres) por arma de fogo, na faixa etária de 15 a 49 anos, no Brasil e regiões, 2010-2019.



**Fonte:** Sistema de Informação de Mortalidade do Sistema Único de Saúde (SIM-SUS) – Departamento de Informática do SUS (DATASUS/MS) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Os dados brutos da mortalidade de mulheres por disparo de arma de fogo no Brasil e nas macrorregiões brasileiras, na faixa etária de 15 a 49 anos de idade, ocorridos no período de 2010 a 2019 estão presentes abaixo. As regiões Sudeste e Sul, respectivamente, foram as que apresentaram as maiores notificações de mortalidade de mulheres por arma de fogo durante o período analisado (Tabela 1).



**Tabela 01.** Dados brutos da mortalidade no SUS por disparo de arma de fogo em mulheres de 15 a 49 anos de idade para o Brasil e as grandes regiões geográficas, no período de 2010 a 2019.

Região Geográfica	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Região Norte	15	17	16	11	17	16	29	27	72	36	256
Região Nordeste	36	51	45	53	51	51	36	54	50	17	444
Região Sudeste	61	87	64	63	67	75	75	49	78	37	656
Região Sul	44	53	63	51	43	47	57	51	35	31	475
Região Centro-Oeste	35	49	28	6	8	6	11	13	16	19	191
<b>Total</b>	191	257	216	184	186	195	208	194	251	140	2022

Fonte: Sistema de Informação de Mortalidade do Sistema Único de Saúde (SIM-SUS) – Departamento de Informática do SUS (DATASUS/MS).

No Brasil, do período de 2010 a 2019, houve uma tendência de redução nas taxas de mortalidade de mulheres de 15 a 49 anos de idade por arma de fogo, em especial a partir do ano de 2017 (APC= -11.8% IC95% -44.2; 39.5), porém sem significância estatística. Nesse intervalo de tempo, houve uma tendência de elevação significativa apenas na Região Norte, a partir de 2013 (APC= 23,5\* IC95% 0.4; 51.9).

Nesse período, foi constatado pontos de inflexões (*joinpoints*) para todas as regiões brasileiras, contudo, com uma redução de significância estatística apenas para a Região Centro-Oeste de 2010 a 2014 (APC = -41.9\*% IC95% -64.7; -4,3), seguido de uma ascensão nos demais anos do estudo, porém sem relevância estatística (Tabela 02).

**Tabela 02.** Tendência temporal das taxas de mortalidade no SUS por disparo de arma de fogo em mulheres de 15 a 49 anos de idade para o Brasil e as grandes regiões geográficas, no período de 2010 a 2019.



Área Geográfica	Seg	Joinpoint	APC	IC <sub>95%</sub>	p	AAPC	IC <sub>95%</sub>	p	TX Média		
Região Norte	1	2013	-10.1	-51.3	65.9	0.7	11.1	-7.9	34.1	0.3	0.53
	2		23.5*	0.4	51.9	0.0					
Região Nordeste	1	2017	2.7	-5.6	11.7	0.5	-7.9	-18.1	3.7	0,2	0.28
	2		-36.9	-66.4	18.4	0.1					
Região Sudeste	1	2016	1.0	-13.8	18.4	0.9	-4.5	-17.2	10.3	0.5	0.28
	2		-14.5	-46.5	36.6	0.4					
Região Sul	1	2017	-3.9	-38.8	50.9	0.8	-21.8	-58.4	47.0	0.4	0.61
	2		-62.1	-98.7	1007.2	0.5					
Região Centro-Oeste	1	2014	-41.9*	-64.7	-4.3	0.0	-11.3	-29.2	11.2	0.3	0.44
	2		24.4	-12.6	77.0	0.2					
Brasil	1	2017	-0.7	-6.6	5.6	0.8	-3.3	-11.2	5.4	0.4	0.36
	2		-11.8	-44.2	39.5	0.5					

Seg.: Segmento; *Anual Percentage Change* (APC); *Average Annual Percent Change* (AAPC); IC95%: Intervalo de confiança de 95%.

Fonte: Sistema de Informação de Mortalidade do Sistema Único de Saúde (SIM-SUS) – Departamento de Informática do SUS (DATASUS/MS).

No período de 2012 a 2019, a Região Sul brasileira se caracterizava como a Região mais favorecida economicamente, com a maior média da Renda Per Capita entre as mulheres, menor percentual de mulheres pobres e menor índice de Gine, assim como também com uma das maiores médias de anos estudados para a população feminina, seguida pelas Regiões Centro-Oeste e Sudeste. Em contrapartida, a Região Nordeste apresentou-se como a Região menos favorecida economicamente, com a menor média de da Renda Per Capita das mulheres, maior percentual de mulheres pobres e maior índice de Gine, assim como também com a menor média de anos estudados para essa população no período supracitado (Tabela 03).

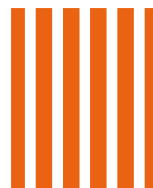


**Tabela 03.** Dados Socioeconômicos da população feminina para o Brasil e as grandes regiões geográficas, no período de 2012 a 2019.

Área Geográfica	M. Renda Per Capita das Mulheres.	% De Mulheres Pobres	Índice de Gine das Mulheres	M. de Anos Estudados das mulheres
Região Norte	547,76	17,38	0,53	9,16
Região Nordeste	488,79	21,18	0,53	8,01
Região Sul	940,82	3,53	0,460	9,43
Região Sudeste	866,01	6,33	0,50	9,62
Região Centro-Oeste	937,29	4,95	0,49	9,74
Brasil	774,62	10,69	0,53	9,23

**Fonte:** Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Quando analisamos às características sociodemográficas das mulheres do presente estudo, observamos que os dados não diferem dos demais estudos compostos na literatura científica, onde trouxe que as mulheres mais afetadas pela mortalidade por arma de fogo na faixa etária de 15 a 49 anos de idade, no período de 2010 a 2019, para o Brasil e as grandes regiões geográficas, foram as mulheres solteiras, com um percentual de mais de 50% dos casos dessa mortalidade, de cor parda e com uma média de 4 a 7 anos estudados (Tabela 4).



**Tabela 04.** Dados Sociodemográficos das mulheres mortas por armas de fogo, na faixa etária de 15 a 49 anos de idade para o Brasil e as grandes regiões geográficas, no período de 2010 a 2019.

Dados Sociodemográficos	Total	Porcentagem	
Estado Civil	Solteira	1.352	66,86%
	casada	232	11,47%
	viúvo	22	1,09%
Estado Civil	Separado J	83	4,10%
	Outro	149	7,37%
	Ignorado	184	9,10%
Raça/cor	Branca	836	41,34%
	Preta	130	6,43%
	Amarela	1	0,05%
	<b>Parda</b>	<b>1.008</b>	<b>49,85%</b>
	Indígena	5	0,25%
	Ignorado	42	2,08%
	Nenhuma	46	2,27%
	1 a 3	208	10,29%

Escolaridade	4 a 7	575	28,44%
	8 a 11	543	26,85%
	12 anos a mais	106	5,24%
	Ignorado	544	26,90%
	Nenhuma	46	2,27%
	1 a 3	208	10,29%

**Fonte:** Sistema de Informação de Mortalidade do Sistema Único de Saúde (SIM-SUS) – Departamento de Informática do SUS (DATASUS/MS).

#### 4. DISCUSSÃO

Pode-se observar uma tendência de redução na mortalidade por arma de fogo entre mulheres de 15 a 49 anos de idade no Brasil e na maioria das suas macrorregiões, no período de 2010 a 2019, em especial a partir do ano de 2017, porém sem significância estatística. Ressalta-se que a Região Centro-Oeste teve uma redução com significância estatística até o ano de 2014 (APC = -41,9\*% IC95% -64,7; -4,3), ponto de inflexão (*joinpoint*) da tendência, a partir de então apresentando-se com comportamento de elevação em suas taxas de mortalidade por arma de entre mulheres de 15 a 49 anos de idade. Por outro lado, a Região Norte apresentou comportamento contrário, com taxas de mortalidade decrescente até 2013 (APC: 23,5; IC95%: 0,4; 51,9) e, depois desse período, elevação de suas taxas de mortalidade com significância estatística.

O estudo de (Malta, et al., 2020, p. 1 a 14.), sobre a Associação entre armas de fogo e mortalidade no Brasil, 1990 a 2017, relata que no período de 2005 a 2017 houve uma redução nas taxas de mortalidade por arma de fogo em mulheres, crianças e idosos. O que pode ser justificado com o sancionamento da lei de nº 10.826/03, que preconizava a entrega voluntária das armas de fogo as autoridades, sob pena de detenção aos proprietários em posse ilegal das mesmas.

As unidades federativas com maiores números de devoluções voluntárias de armas de fogo foram as que tiveram as menores taxas de mortes violentas e demais ferimentos ocasionados

**Revista Interdisciplinar**

por armas de fogo neste período, como é o caso do Distrito Federal localizado na Região Centro-Oeste (Malta, et al., 2020, p. 1-14). Esta região pode ser considerada uma das mais seguras do país, com a maior média de policiais por habitante, e se caracteriza como a segunda melhor região desenvolvida economicamente.

Contudo, as tendências de redução nas taxas de mortalidade por arma de fogo encontradas nesse estudo devem ser analisadas com cautela, pois as mortalidades cuja intenção é indeterminada se mostraram ascendentes nesse período e para essa faixa etária, o que pôde acarretar na subnotificação dos registros desses feminicídios (Souza, 2017, p. 2949-2962.). Mesmo o presente estudo apresentando uma redução do feminicídio provocado por arma de fogo neste período para a faixa etária supracitada, de forma geral, a literatura mostra que não houve melhora significativa nos casos de feminicídio após a criação da lei nº 13.104/15 (Cerqueira, et al., 2019.), da mesma forma, o estudo recente de Paiva Rebouças da Agecom-UFRN (2023) sobre a correção dos registros de óbitos do (SIM/DATASUS) certificou que as taxas de homicídios de mulheres no Brasil foram subnotificadas por um período de 40 anos, de 1980 a 2019 (UFRN, 2023.).

Os dados do estudo de Paiva (UFRN, 2023.) foram identificados, corrigidos e atualizados pela revista *Violence Against Women*, que mostrou como resultado um aumento desses homicídios em 31,46%, sendo ainda maior na Região Norte que chegou a quase 50% (49,88%) do registrado nos dados oficiais, além de apresentar um aumento do risco de morte por homicídios femininos praticados por arma de fogo na faixa etária 15 a 39 anos de idade para essa Região nesse período. Os achados como, o aumento dos feminicídios principalmente na Região Norte e em mulheres jovens, confirmam algumas informações encontradas no presente estudo (UFRN, 2023.).

Esse fato pode ser reflexo, segundo os especialistas, de um recrudescimento da violência ou por um maior zelo para com essas notificações, decorrente da visibilidade desta questão. Por exemplo, alterações como a mudança das notificações em casos que eram classificados como homicídios de mulheres que passaram a ser registrados como feminicídio. Esses dados, podem esclarecer a elevação do feminicídio a partir do ano de 2015, ou seja, logo após a criação da lei do feminicídio (Lei 13.104, de 2015) (Senado Notícias, 2018.).

**Revista Interdisciplinar**

Com relação ao achado do estudo sobre o aumento significativo do feminicídio na Região Norte, o estudo de (Leite, et al., 2017, p. 2971-2978.), sobre a tendência temporal da taxa de mortalidade feminina por agressão no Brasil e regiões nos anos de 2002 a 2012, também apresentou uma tendência de aumento para as regiões Norte, Nordeste e Sul.

Do mesmo modo se apresentou o estudo de (Moroskoski, Brito e Oliveira, 2022.), sobre a tendência temporal e a distribuição espacial dos casos de violência letal contra mulheres no Brasil no período de 2000 a 2019, quando apontou a região Norte como responsável pelo maior aumento anual médio com (0,33 por ano) e o estudo de (Souza, 2017, p. 2949-2962.), mostrou que quase 50% dos homicídios totais realizados em mulheres são provocados por arma de fogo, com um percentual de (44,03%) para essa região.

O fato da Região Norte do Brasil localizar-se em posição estratégica para a exportação de drogas para a África e a Europa contribui para a expansão de facções criminosas nessa região, acarretando em disputas por mercados varejistas e novas rotas de tráfico. Essas disputas iniciaram-se em 2013 e tiveram o seu ápice em 2016, gerando guerras entre as facções e consequentemente o aumento da violência e dos casos de homicídio nesta região. Fato esse, que pode justificar o aumento expressivo do feminicídio nessa região nesse período (Araújo., 2020, p. 81.).

Outra possível suposição para esse achado pode ser apontada pelo estudo de (Meneghel, et al., 2017, p. 2963-2970.) que evidenciou o aumento de feminicídios nas regiões com maiores taxas de pobreza, assim como sua ocorrência principalmente em mulheres jovens, pretas e pobres, como é o caso da Região Norte do Brasil, no qual se encontra na 2ª maior colocação nos índices de pobreza do país (César, 2020.) confirmando assim os achados do nosso estudo.

Quando analisamos os dados de estudos e pesquisas sobre a violência contra a mulher, observamos o quanto o racismo ainda está impregnado historicamente nessa vertente, onde no decorrer dos tempos foram criados vários mitos para enfatizar o papel de inferioridade da população negra, em especial da mulher, fazendo com que em diversos países assim como no Brasil as mulheres negras ou pardas são as maiores vítimas de violação dos direitos humanos até os dias atuais (Andrade; Lucena, 2024).





**Revista Interdisciplinar**

No território nacional, as mulheres pardas/negras são as responsáveis por 53,6% da mortalidade materna, 65,9% da violência obstétrica e 68,8% das mulheres mortes por agressão, de modo que foi identificado para o ano de 2013 uma redução de 9,8% no total de homicídios de mulheres brancas, em contrapartida os homicídios de negras aumentaram 54,2% (Instituto Patrícia Galvão, 2016.). A análise desses números levanta a hipótese de que mulheres negras não contam efetivamente com o apoio do Estado (Carneiro, 2017.)

As pesquisas indicam que a violência contra a mulher negra é um fenômeno histórico, complexo e composto por diferentes fatores que se potencializam, e nessa conjuntura percebe-se que o racismo está diretamente ligado ao capitalismo e ao modelo de sociedade patriarcal, e o seu enfrentamento só seria possível através da resolução de todos os aspectos estruturais no qual essa violência a mulher negra/parda se encontra (Oliveira, 2017., Werneck, 2010).

Outro dado de bastante relevância nos índices de violência contra a mulher é que as mulheres com menor grau de escolaridade são as mais acometidas por diversas formas de violência. A pouca instrução associa-se diretamente com a má qualificação profissional e conseqüentemente com o desemprego, acarretando maior dependência financeira do parceiro. Sendo esse um dos principais motivos da não saída do lar e dificuldade do rompimento do ciclo de violência (Costa, Serafim, Nascimento, 2015, p. 551-558.).

Em alguns países pobres das Américas, assim como em algumas regiões brasileiras com altos índices de pobreza, extrema desigualdade social, conflitos armados, grilagem de terras e regiões de fronteiras como é o caso da Região Norte, os feminicídios são praticados como forma de penalidade as desobediências das mulheres para com os homens, ou seja, um ato característico do modelo de sociedade patriarcal (Leites, Meneghel, Hirakata, 2014, p. 642-653.).

Destaca-se que o Brasil é um país com dimensões continentais e grandes diversidades geográficas, culturais e raciais, além de um crescimento populacional que não é equânime em todos os municípios e estados brasileiros. Fatos que culminam em desigualdade social como nível educacional e desemprego dentro de uma mesma região, assim como também, territórios sob forte influência dos papéis tradicionais de gênero e normas religiosas (Meneghel, et al., 2017, p. 2963-2970.).





**Revista Interdisciplinar**

Dessa forma, podemos concluir que as taxas de feminicídios de uma macrorregião não representam de fato, a realidade de todos os municípios e estados que as compõem, pois cada região possui seus condicionantes de vulnerabilidade que levam as violências e homicídios contra as mulheres. Assim sendo, entende-se que olhar o Brasil apenas dessa forma, não irá traduzir a realidade do país como um todo.

Não obstante ao impacto e a importância dos achados desta pesquisa, o presente estudo possui limitações, como o limitado período de série temporal para realizar a análise de tendência; a utilização da base de dados secundários do SIM do Ministério da Saúde, disponibilizados através do Departamento de DATASUS), pois esse admite fragilidades no que diz respeito a subnotificações, ausências de campos específicos, sob a ótica de gênero, como por exemplo citar que se trata de um feminicídio nas declarações de óbito, sem falar que a maioria dos óbitos são classificados como causa básica indeterminada, o que pode implicar na qualidade das informações.

**5. CONSIDERAÇÕES FINAIS OU CONCLUSÃO**

Mesmo o país mostrando uma tendência de redução sem significância estatística nas taxas de mortalidade de mulheres por arma de fogo na faixa etária de 15 a 49 anos de idade no período estudado e em algumas regiões brasileiras, os números ainda são aquém do desejado, principalmente nas regiões com maiores índices de pobreza e vulnerabilidade social, como é o caso da Região Norte do Brasil.

Dessa forma, constata-se que as mulheres mais vulneráveis à ocorrência do feminicídio nesse país são as que residem em localidades com maiores desvantagens econômicas e sociais, assim como também, a sua ocorrência deu-se com mais frequência entre as mulheres jovens, pardas, solteiras e de baixa escolaridade, sendo praticadas preferencialmente através do uso de armas de fogo.

Apesar da existência de políticas públicas que preconizam proteger a mulher como a Lei Maria da Penha e a Lei do Feminicídio, a violência contra a mulher permanece como grave problema de saúde. Assim sendo, faz-se necessário a criação de novas políticas públicas, ou a

**Revista Interdisciplinar**

reestruturação das legislações já existentes que visem a redução da violência contra a mulher por meio de medidas que abordem os fatores individuais, sociais, econômicos, culturais e situacionais.

Assim como também, mostra-se de suma relevância a criação de novos estudos que visem combater a violência de gênero em suas múltiplas dimensões, para assim entender os fatores condicionantes e o comportamento que perpetuam a mortalidade dessas mulheres. Novos estudos irão subsidiar dados atualizados para a criação de novas políticas públicas e para a criação de programas de prevenção e estratégias de apoio a essas vítimas, de modo a reduzir essas violências e conseqüentemente as mortalidades.

Ademais, também irá incentivar a criação de medidas que reduzam as subnotificações dessas mortalidades, por meio de capacitações e treinamentos dos profissionais, melhorias dos sistemas de notificações, facilidade nos registros de dados e processos de auditorias e monitoramentos desses sistemas de informações. Desse modo, contribuirá para uma abordagem mais eficaz e informada, oportunizando a redução das violências e mortalidades decorrentes de gênero.

**REFERÊNCIAS**

ANDRADE, Rafael Douglas Sousa de; LUCENA, Maria Gláucia Ribeiro de. Refletindo a Condição da Mulher Negra na Formação Patriarcal-Racista do Brasil à Luz de Lélia Gonzalez.

**Cadernos Cajuína**, v. 9, n. 3, p. e259317, 2024. Disponível em:

<https://doi.org/10.52641/cadcajv9i3.318> acesso em 25 de Julho de 2024.

ARAÚJO, Shamara, Pinheiro De. **O crescimento das facções criminosas e o aumento da violência na Região Norte do Brasil**. Universidade Estadual do Tocantins – UNITINS.

Campus Augustinópolis Curso de Direito [monografia]. Augustinópolis-TO: 2020. 81 p.

Disponível em: <<https://www.unitins.br/RepositorioDigital/Publico/Home/BaixarPDF/157>>.

Acesso em 01 nov. 2023.

ATLAS DA VIOLÊNCIA 2021. Disponível em:

<<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes/212/atlas-da-violencia-2021>>. Acesso em 01 nov. 2023.

CAICEDO-ROA, Mônica; BANDEIRA, Lourdes Maria; CORDEIRO, Ricardo Carlos.

**“Femicídio e Feminicídio: discutindo e ampliando os conceitos”**. Revista Estudos

Feministas, Florianópolis, v. 30, n. 3, e83829, 2022. Disponível em:

## Revista Interdisciplinar

<https://www.scielo.br/j/ref/a/8GzxSjJtLX7P3ryZRbtsvmH/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 13 de novembro de 2023.

CAMPBELL, Jacquelyn C. et al. Homicídio de parceiro íntimo: revisão e implicações de pesquisa e política. **Trauma, Violence, & Abuse**, v. 8, n. 3, p. 246-269, 2007.

CARNEIRO, S. **Mulheres negras e violência doméstica: decodificando os números** [Black women and domestic violence: Decoding the numbers]. Géledes—Instituto da Mulher Negra. 2017.

CERQUEIRA, Daniel Ricardo de Castro Coordenador et al. **Atlas da violência 2021**. 2021.

CÉSAR, D. **Fundo Estadual de Combate a Pobreza (FECOP)**. Secretária do Planejamento e Gestão. Região Nordeste possui quase metade de toda a pobreza no Brasil, segundo IBGE, 2020. Disponível em: <<https://www.fecop.seplag.ce.gov.br/2020/11/20/regiao-nordeste-possui-quase-metade-de-toda-a-pobreza-no-brasil-segundo-ibge/#:~:text=20%20de%20novembro%20de%202020%20%2D%2009%3A05&text=O%20levantamento%20estat%C3%ADstico%20aponta%20que,%2C%20com%2026%2C1%25>>. Acesso em 01 nov. 2023.

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO MATO GROSSO (COREN/MT). **Brasil tem 1,3 mil feminicídios em 2019, um caso a cada 7 horas**. Mato Grosso, 2020. Disponível em: <[http://www.coren-mt.gov.br/brasil-tem-13-mil-femicidios-em-2019-um-caso-a-cada-7-horas\\_12431.html](http://www.coren-mt.gov.br/brasil-tem-13-mil-femicidios-em-2019-um-caso-a-cada-7-horas_12431.html)>. Acesso em 01 nov. 2023.

COSTA, Milena Silva; SERAFIM, Márcia Luana Firmino; NASCIMENTO, Aissa Romina Silva do. Violência contra a mulher: descrição das denúncias em um Centro de Referência de Atendimento à Mulher de Cajazeiras, Paraíba, 2010 a 2012. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 24, p. 551-558, 2015.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>. Acesso em: 07 de nov de 2023.

HATJE, Luís Felipe; MAGALHÃES, Joanalira Corpes; RIBEIRO, Paula Regina Costa. Grupos Reflexivos para Homens Autores de Violência: Estratégias de Governamento. *Cadernos Cajuína*, v. 9, n. 3, p. e249343-e249343, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.52641/cadcajv9i3.370> Acesso em 13 de Julho de 2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Países. Brasília, 2021. Disponível em <<https://pais.es.ibge.gov.br/#/dados/brasil>>. Acesso em 01 nov. 2023.

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. **Dossiê Violência Contra Mulheres**, 2016. [ Disponível em: <<https://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/violencias/violencia-e-racismo/>>. Acesso em 01 nov. 2023.

**Revista Interdisciplinar**

INSTITUTO SOU DA PAZ. **O Papel da arma de fogo na violência contra a mulher, análise da violência armada no Brasil de 2012 a 2019, a partir dos dados de saúde**, 2021.

KIM, H.-J. Kim H-J, Fay MP, Feuer EJ, Midthune DN, 'Permutation tests for joinpoint regression with applications to cancer rates'. **Statistics in Medicine** 2000 19:335–351.

Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/sim.811>

KIM, H.-J. et al. Comparabilidade de modelos de regressão de linha segmentada. **Biometrics**, v. 60, n. 4, p. 1005–1014, 2004.

LEITE, Franciele Marabotti Costa et al. Análise da tendência da mortalidade feminina por agressão no Brasil, estados e regiões. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, p. 2971-2978, 2017. LEITES, Gabriela Tomedi; MENEGHEL, Stela Nazareth; HIRAKATA, Vania Noemi. Homicídios femininos no Rio Grande do Sul, Brasil. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 17, p. 642-653, 2014.

MENEGHEL, Stela Nazareth; PORTELLA, Ana Paula. Feminicídios: conceitos, tipos e cenários. **Ciência & saúde coletiva**, v. 22, p. 3077-3086, 2017.

MENEGHEL, Stela Nazareth et al. Femicidas: a study in Brazilian state capital cities and large municipalities. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, p. 2963-2970, 2017.

MOROSKOSKI, Márcia; BRITO, Franciele Aline Machado de; OLIVEIRA, Rosana Rosseto de. Tendencia temporal y distribución espacial de los casos de violencia letal contra la mujer en Brasil. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 30, p. e3609, 2022.

NERY, Mona Gizelle Dreger; NERY, Felipe Souza Dreger; SANTOS, Sheila Regina; CAVALCANTE, Lara Aguiar; GOMES, Beatriz Mota; TELES, Ana Cláudia Oliveira; LUIZ, Olinda do Carmo; ARAÚJO, Edna Maria. Fatores associados ao homicídio de mulheres no Brasil, 1 segundo raça/cor, 2016-2020. **Ciência e Saúde Coletiva**, 29(3):1-13, 2024.

OLIVEIRA, F. **Avaliando e elencando os desafios**. Seminário nacional violência contra a mulher-saúde um olhar da mulher negra. 2004; v. 1.

OPAS. **Organização Pan-Americana de Saúde**. Devastadoramente generalizada: 1 em cada 3 mulheres em todo o mundo sofre violência, 2021. Disponível em:

<<https://www.paho.org/pt/noticias/9-3-2021-devastadoramente-generalizada-1-em-cada-3-mulheres-em-todo-mundo-sofre-violencia>>. Acesso em 01 nov. 2023.

QIU, Dongmei et al. Uma análise de regressão Joinpoint de tendências de longo prazo na mortalidade por câncer no Japão (1958–2004). **International journal of cancer**, v. 124, n. 2, p. 443-448, 2009.

QUISPE ILANZO, Melisa Pamela et al. Violência extrema contra as mulheres e feminicídio no Peru. **Revista Cubana de Saúde Pública**, v. 44, pág. 278-294, 2018. RUBIM, Goreth Campos; MARQUES, Dorli João Carlos. A influência do patriarcalismo na prática do homicídio qualificado pelo feminicídio. **Revista de Gênero, Sexualidade e Direito**, v. 2, n. 2, p. 01-18, 2016.

**Revista Interdisciplinar**

SEGURANÇA PÚBLICA. **Violência contra mulheres em 2021**. Fórum brasileiro de segurança pública. São Paulo, 2022. Disponível em: <[https://forumseguranca.org.br/publicacoes\\_posts/violencia-contra-mulheres-em-2021/](https://forumseguranca.org.br/publicacoes_posts/violencia-contra-mulheres-em-2021/)>. Acesso em 01 nov. 2023.

SENADO NOTÍCIA. **Três anos depois de aprovada, Lei do Femicídio tem avanços e desafios**, 2018. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/especial-cidadania/aprovada-lei-do-femicidio-tem-avancos-e-desafios/tres-anos-depois-de-aprovada-lei-do-femicidio-tem-avancos-e-desafios>>. Acesso em 01 nov. 2023.

SOUZA, Edinilsa Ramos de et al. Homicídios de mulheres nas distintas regiões brasileiras nos últimos 35 anos: análise do efeito da idade-período e coorte de nascimento. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, p. 2949-2962, 2017.

STOCK, Tatiana Otto; GONSALES, Maria Leonor; GUIMARÃES, Stephanie da Selva; COSTA, Ângelo Brandelli. Violência contra as mulheres na pandemia de Covid-19: uma revisão sistemática. **Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 34, e34037, 2024.

UNODC. **United Nations Office on Drugs and Crime. Global Study on Homicide: Gender-related killing of women and girls**. 2019. Disponível em: <[https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/GSH2018/GSH18\\_Gender-related\\_killing\\_of\\_women\\_and\\_girls.pdf](https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/GSH2018/GSH18_Gender-related_killing_of_women_and_girls.pdf)>. Acesso em 01 nov. 2023.

UFRN. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. **Homicídios femininos**, 2023. Disponível em: <<https://www.ufrn.br/imprensa/reportagens-e-saberes/68810/homicidios-femininos>>. Acesso em 01 nov. 2023.

WERNECK, J. **Mulheres negras e violência no Rio de Janeiro. Mulheres de Brasília e do Rio de Janeiro no Monitoramento da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Rio de Janeiro: CRIOLA. 2010.

ZARA, Georgia; GINO, Sarah. Violência de parceiro íntimo e sua escalada para feminicídio. Fragilidade, teu nome é “Violência contra as mulheres”. **Frontiers in psychology**, v. 9, p. 1777, 2